



**MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**

**ALIENAÇÃO DE MATERIAL (FENO)**

---

## **CONCURSO PÚBLICO**

**Processo n.º 2024/300.50.201/38**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**



## Índice

1	ENTIDADE QUE PRESIDE AO PROCESSO DE CONCURSO .....	3
2	PRAZO DO CONTRATO DA ALIENAÇÃO .....	3
3	DENÚNCIA DO CONTRATO .....	3
4	PROPOSTAS .....	3
5	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO .....	4
6	PREÇO BASE DO CONCURSO .....	4
7	ABERTURA DAS PROPOSTAS .....	4
8	CONLUIO ENTRE CONCORRENTES .....	4
9	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	5
10	PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....	5
11	TÍTULO CONTRATUAL.....	5
12	CAUÇÃO.....	5
13	MINUTA DO CONTRATO .....	5



## 1 ENTIDADE QUE PRESIDE AO PROCESSO DE CONCURSO

A entidade que preside ao processo de concurso para Alienação de Feno, sito junto à EN102, Quinta das Olas freguesia do Fornotelheiro é a Câmara Municipal de Celorico da Beira.

## 2 PRAZO DO CONTRATO DA ALIENAÇÃO

- 2.1. O Início dos trabalhos de corte e enfardamento, deverá ser previamente comunicado ao Município de Celorico da Beira e deverão estar concluídos num prazo de 5 dias.

## 3 DENÚNCIA DO CONTRATO

- 3.1. A Câmara Municipal de Celorico da Beira pode, em qualquer altura, denunciar o contrato de alienação se se verificar incumprimento do mesmo, designadamente:
- a. O não cumprimento integral das condições estipuladas no Programa de Procedimento e Caderno de Encargos;
  - b. A não retirada do material no prazo estipulado;
  - c. A não assinatura do contrato;
  - d. A desistência da aquisição do material adquirido.
- 3.2. Caso se venha a verificar a denúncia do contrato pelos motivos referidos, ao cessionário não será devida qualquer indemnização.

## 4 PROPOSTAS

- 4.1. O prazo para apresentação das propostas é até às **16 horas do 4º (quarto) dia, que será dia 9 de agosto de 2024**, contado da data de publicação do Anúncio de abertura do concurso e respetivo edital. Este prazo é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- 4.2. A proposta e os documentos que a instruem serão encerrados em invólucro fechado, no rosto do qual se indica o nome do concorrente e a designação do concurso, e entregues pessoalmente, contra recibo, no Balcão Único da Câmara Municipal de Celorico da Beira.



- 4.3. A proposta é redigida em língua portuguesa, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas (salvo se ressalvadas), e sempre com o mesmo tipo de letra.
- 4.4. O valor da proposta é expresso em euros e indicado por algarismos e por extenso, e não deve incluir o IVA. Ao preço proposto deve ser indicada a taxa de IVA aplicável.
- 4.5. Em caso de divergência entre os valores indicados, prevalece o indicado por extenso.
- 4.6. A proposta é assinada pelo concorrente ou seu representante legal, caso seja uma pessoa coletiva. Sempre que seja assinada por procurador, junta-se procuração que confira, a este último, poderes para o efeito.
- 4.7. A proposta é instruída com a declaração, conforme minuta do anexo I, devidamente datada e assinada pelo concorrente.
- 4.8. A inobservância de qualquer uma das formalidades descritas de 4.1 a 4.7 constitui motivo de exclusão da respetiva proposta.

## **5 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**

Os documentos de habilitação são os exigidos no ponto 9 do Anúncio.

## **6 PREÇO BASE DO CONCURSO**

O valor mínimo a considerar para efeitos do concurso é de **100,00€ (cem euros)** por mês, devendo os concorrentes apresentar o seu melhor preço para efeitos de adjudicação.

## **7 ABERTURA DAS PROPOSTAS**

- 7.1. A abertura das propostas terá lugar no primeiro dia útil imediato ao termo do prazo para apresentação das propostas, pelas 15 horas, no Salão Nobre do Município, perante o Júri que para tal foi designado.
- 7.2. Podem intervir, neste ato, os concorrentes e/ou seus representantes devidamente credenciados.

## **8 CONLUÍO ENTRE CONCORRENTES**

- 8.1. Constituem motivo de exclusão dos concorrentes os acordos, as decisões e as práticas concertadas entre concorrentes que tenham por objeto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível



a concorrência, nos termos enunciados na Lei n.º 18/2003, de 11/6 (que aprova o regime jurídico da concorrência), na sua atual redação.

8.2. Os concorrentes que sejam excluídos pelo motivo atrás referido, ficam impedidos de concorrer a procedimentos idênticos lançados pelo Município durante 2 (dois) anos.

## **9 CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

9.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, atendendo ao seguinte fator:

a) Valor mensal proposto – 100%;

9.2. O concurso é adjudicado ao concorrente que melhor se posicione em função do critério supra exposto.

9.3. Em caso de empate, a adjudicação será feita por sorteio.

## **10 PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

10.1. Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante 30 (trinta) dias úteis contados da data de abertura das propostas.

10.2. O concorrente a quem seja adjudicado o presente concurso e que pretenda injustificadamente desistir da adjudicação é sancionado com o pagamento do valor da sua proposta, sendo a adjudicação, neste caso, feita ao concorrente que se classificar a seguir.

## **11 TÍTULO CONTRATUAL**

A alienação é titulada por contrato escrito.

## **12 CAUÇÃO**

Não será exigida caução

## **13 MINUTA DO CONTRATO**

O concorrente, cuja proposta haja sido preferida, fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato, no prazo de **(dois) dias úteis** subsequentes à respetiva notificação, findo o qual, se o não fizer, considerar-se-á aceite a minuta.



**ANEXO I**  
**MODELO DE PROPOSTA**

.....(indicar nome, profissão), contribuinte nº ....., com morada em .....,  
depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de .....(designação da alienação) , a que  
se refere o Edital nº ..... datado de ....., obriga-se a executar a referida alienação, de harmonia com o  
anúncio, programa de concurso, caderno de encargos, pela quantia de .....(por algarismos e por  
extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao  
que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),...

Assinatura.....